

IDEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 93

"O Controle de Preços dos Alimentos e seus Efeitos sobre a Produção e o Abastecimento. Algumas Considerações para o Ano de 1986.

Maria Beatriz de A. David

Junho de 1986

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 93

"O Controle de Preços dos Alimentos e seus Efeitos sobre a Produção e o Abastecimento. Algumas Considerações para o Ano de 1986.

Maria Beatriz de A. David

Junho de 1986

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em: Maio de 1986

Instituto de Pesquisas do IPEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 130/170 andar

20.020

Rio de Janeiro

RJ

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade de sua autora. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O CONTROLE DE PREÇOS DOS ALIMENTOS E SEUS EFEITOS SOBRE A PRODUÇÃO
E O ABASTECIMENTO. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA O ANO DE 1986*

Maria Beatriz de Albuquerque David

O controle dos aumentos de preços gerados pelo processo de "especulação desestabilizadora",¹ não pode se limitar a medidas de caráter repressivo que possuem eficácia limitada, quando estes aumentos decorrem de escassez real, principalmente em uma economia de mercado. Uma política com este propósito pode ter efeitos colaterais indesejáveis que devem ser cuidadosamente previstos e contrabalançados.

A intervenção governamental que busca proteger o consumidor contra a elevação de preços causada pela escassez interna pode ser equivalente a um imposto ao produtor, cujo objetivo é impedir o aumento de preços para compensar perda de renda deste como resultado da queda de produção.

A tendência de suprir o mercado interno através de importações, ou de utilizar estas para conter os aumentos de preços dos alimentos, implica a necessidade de estabelecer, concomitantemente, uma política de estímulo à produção interna. Isto busca evitar situações similares à do trigo, ou que se repita a experiência do México, que se encontra dependente dos Estados Unidos

*A autora agradece os comentários e sugestões de Eustáquio Reis e Milton da Mata.

¹Um especulador típico compraria na baixa e venderia na alta, movimento este que levaria à estabilização dos preços. A especulação torna-se negativa quando ela é "ineficiente" porque se baseia em informações equivocadas ou deficientes ou por estar centrada na expectativa sobre quais seriam as possíveis intervenções do governo.

para se abastecer de alimentos. Na medida em que se cria esta dependência, importa-se a instabilidade de preços do mercado agrícola internacional. As salvaguardas² devem, portanto, fazer parte do conjunto de medidas a serem tomadas.

A administração de estoques desvinculada de uma política de abastecimento limitou, ou pode-se até afirmar que prejudicou, sua função de estabilizar preços. É de conhecimento público que os estoques governamentais estão praticamente esgotados, em consequência de uma visão equivocada que levou a vendas prematuras. Este quadro agravou-se devido à estiagem, a qual faz prever uma quebra na próxima safra e, portanto, uma escassez de oferta, o que leva, normalmente, a um aumento dos preços. Este vem sendo maior do que o esperado devido às expectativas sobre a magnitude da queda de produção. Medidas visando amenizar esta situação são imprescindíveis e foram prontamente tomadas. Porém, um posicionamento alarmista e uma divulgação excessiva destas dificuldades podem contribuir para agravar e para formar expectativas negativas. O impacto sobre os preços não foi maior porque o governo, além da colocação de estoques ainda disponíveis, anunciou a intenção de realizar importações.

Outro fator que contribuiu para a elevação de preços foi o aumento real de salários, que induziu ao crescimento da demanda por alimentos.

O papel do governo para estabilizar os preços dos alimentos deve compreender um conjunto de medidas harmônicas que atendam às questões aqui expostas. Toda decisão deve basear-se em informações tão precisas quanto possíveis e sua atuação assentar-se em regras claras de intervenção e caracterizar-se pela unidade de ação e agilidade nas decisões.

Como depreende-se dos parágrafos anteriores há, por um lado, um aumento da demanda de alimentos decorrente da recuperação do poder aquisitivo dos assalariados, que deve pelo menos se

²"Subsídios para uma Nova Política Agrícola", documento da COPAG, fevereiro de 1985, pp. 15 e 16.

manter neste ano, acompanhado da implantação dos programas governamentais de alimentação e, por outro, uma perspectiva de queda na produção interna, em consequência da estiagem. Este quadro de escassez vem acoplado a uma preocupação do governo com o impacto dos alimentos sobre o índice de preços. As seções seguintes analisam cada um destes aspectos, bem como as principais propostas que têm surgido para solucioná-los e suas possíveis consequências.

1. Programa de Segurança Alimentar

As prioridades sociais definidas pelo Governo e, entre elas as que implicam melhoria do nível de vida da população, demandam medidas destinadas a garantir o suprimento de alimentos, tais como arroz, feijão, mandioca, milho, leite, óleo de soja e carne. Estes foram selecionados visando atender às necessidades básicas de calorias e proteínas da população conjugados às condições produtivas do país.³

Estes produtos mereceriam uma política de estímulo efetivo à produção, buscando a auto-suficiência. Mesmo que haja previsões de grande crescimento da demanda, há possibilidade de aumentar a produção a curto prazo.⁴ Uma outra medida de incentivo seria a de diminuir o risco dos produtores, orientando-os sobre que produtos e em que época plantar, buscando, além disso, uma redistribuição espacial da produção e a utilização dos canais institucionais de comercialização. Desde o início da década de 70 vêm ocorrendo mudanças importantes no processo de comercialização de alimentos, em consequência do crescimento das cadeias de supermercados. A comercialização tem-se tornado ainda mais institucional ao aumentar o número de restaurantes industriais e ao intensificar-se os programas de distribuição de alimentos.

³ Seria importante estudar quais os alimentos que, a par de proporcionar a melhor proteína com boa absorção biológica, apresentasse um custo mais baixo de produção. Este é o caso da pecuária de pequeno porte (aves, suínos, etc.).

⁴ Dias, Guilherme Leite da Silva "Política Econômica e Tendências da Agricultura Brasileira" in Revista da ANPEC, Ano VII, nº 8, nov. 84.

O próprio subsídio que o governo atualmente transfere aos consumidores ao importar um produto e vendê-lo a preço inferior ao CIF internalizado poderia ser empregado para aumentar a produção interna destes alimentos. A decisão de não repassar os aumentos de preços dos alimentos resolver-se-ia com subsídio aos consumidores ou com subsídio direto para aqueles produtos cuja produção se deseja estimular. Para aqueles produtos cujos custos internos são iguais ou inferiores ao preço CIF internalizado a validade desta política é indiscutível, pois se estaria simplesmente beneficiando os agricultores nacionais, criando emprego e poupando divisas ao invés de transferir estes recursos para o exterior. Mas mesmo quando isso não acontecer no curto prazo, um programa de segurança alimentar cria condições para que ocorra no longo prazo.

O Japão conseguiu avanços importantes com um programa destinado a assegurar as necessidades de alimentos básicos à sua população. Os produtos escolhidos foram o arroz como alimento calórico, e hortigranjeiros, especialmente legumes e hortaliças, por apresentarem maior retorno por unidade de produto ao agricultor, além de algas marinhas como fontes de proteína.

2.0 Papel dos Estoques Públicos

A manutenção de estoques reguladores é um dos instrumentos fundamentais para viabilizar uma política de abastecimento de gêneros alimentícios, visando à estabilização de preços e à garantia de suprimento do mercado.

Estes tornam-se ainda mais importantes quando se pretende, através de programas sociais, incorporar ao consumo uma parte da população que não estava demandando, e manter o aumento real dos salários. A demanda criada pelos programas governamentais e pela política salarial deve ser prevista para que não constitua um fator de pressão adicional sobre os preços.

Num momento de escassez, em que os alimentos estavam contribuindo para aumentar a pressão inflacionária e, ao mesmo tempo

existem divisas para efetuar importações, o risco de centrar-se sō nesta alternativa é elevado, conforme mencionado anteriormente; é vital que se estabeleça, em consonância com as importações, uma política de estímulo à produção interna, que além de preços favoráveis, deve incluir também decisões de subsídio.

As previsões das necessidades de importações e de estoques governamentais são essenciais para implementar uma política de abastecimento.⁵ Isto não significa estatizar todas as importações, fazendo com que o governo assuma o risco de suprir, por exemplo, de milho, os grandes produtores de ração e os criadores, devido a uma produção nacional insuficiente. Estes últimos podem fazer tais compras diretamente, cabendo ao governo simplesmente estabelecer as condições, autorizar estas importações e controlar seu destino.

A intervenção governamental no mercado seria determinada através de regras pré-estabelecidas conforme a proposta contida nas "Diretrizes Preliminares para uma Política de Abastecimento" que criou um intervalo de variação de preços, sendo o limite inferior igual ao preço de compra de governo e o superior ao de venda de seus estoques. A reposição automática do estoque estratégico, suficiente para um consumo de 30 dias, seria feita por meio de um calendário de compras e importações distribuído através do ano de acordo com as previsões de necessidade de vendas. As contratações de importações para entrega futura, através das bolsas de mercadoria — principalmente de Chicago —, desempenhariam um importante papel na renovação dos estoques permitindo, inclusive, aliviar as limitações portuárias e de armazenamento e mesmo os custos financeiros de carregar estoques.

O aparecimento de várias bolsas de mercadorias e as pressões para que os produtos comprados pelo governo, num determinado

⁵ Ver David, Maria Beatriz de Albuquerque, "Diretrizes Preliminares para uma Política de Abastecimento", Rio de Janeiro, IPEA/INPES, dez./1985, sobre as proposições de implantação de um sistema de informações.

estado, sejam vendidos através das bolsas aí situadas, compromete a política de colocação dos estoques públicos e impõe a necessidade de regulamentar as bolsas — eventualmente restringindo o número delas —, tornando-as menos manipuláveis.⁶

3. A Disponibilidade de Alimentos e o Aumento da Demanda

3.1. O Crescimento da Demanda

Os ganhos reais experimentados pelos salários durante 1985 foram acompanhados por um crescimento do nível de emprego. O salário médio na indústria cresceu 8% e o número de novos empregos no setor formal (com carteira profissional assinada) foi de 1 milhão e 100 mil.⁷

Dados colhidos junto a supermercados indicam um crescimento da demanda dos principais gêneros alimentícios.⁸ Tomando como base a elevação do salário médio e utilizando a elasticidade-renda (Tabela I.1.12 do Anexo), calculou-se o aumento da demanda de alguns produtos para um crescimento de 5% e de 7% na renda, respectivamente.

⁶No sentido de impedir que grupos de investidores possam manipular as suas cotações, impossibilitando o livre jogo de mercado. As bolsas devem comportar-se o mais próximo possível a um mercado de concorrência, sem o que não podem preencher sua função de refletir os fluxos reais de comercialização, ou seja, traduzir as oscilações de oferta e demanda reais.

⁷Ministério do Trabalho, Secretaria de Emprego e Salário - SES.

⁸Segundo informações obtidas junto ao grupo Pão de Açúcar, o aumento do consumo de carne bovina foi de 15% entre os meses de janeiro e outubro, reduziu-se em novembro e, em dezembro apresenta o mesmo nível de dezembro de 1984; o de consumo de frango foi de 18%, o de arroz 8%, o de extrato de tomate 15%, o de café de 18% (até a elevação do preço; agora está havendo recuo), o de feijão 3% (existe uma demanda reprimida e, devido à baixa qualidade, há expectativa de acréscimo de 4 a 6% desde que a mesma melhore), e o de frutas e verduras, entre 15 a 20%.

TABELA 1
PREVISÃO DE ACRÉSCIMO DA DEMANDA
 (Efeito Renda)

PRODUTO	VARIÇÃO DE 5%	VARIÇÃO DE 7%
Arroz	0,0	0,0
Feijão	4,2	5,8
Óleo	0,5	0,7
Açúcar	0,5	0,6
Cereais	1,5	2,0
Carne Bovina	4,7	6,7
Outras Carnes	2,5	3,5
Peixe	2,3	3,2
Leite e Derivados	3,8	5,3
Tubérculos	1,6	2,3
Vegetais	2,2	3,0
Frutas	3,9	5,5

FONTE: Alves, Denisard C. de Oliveira, "Demanda de Alimentos no Brasil", São Paulo, FIPE/IPEA-PNPE.

Os dados originários do crescimento das vendas de produção na rede de supermercados têm que ser vistos com reservas, sendo apenas um indicador de que a demanda de certos produtos está aumentando. O crescimento no consumo de arroz e de todos os tipos de carne detectado por estes dados são bastante superiores aos mostrados na Tabela 1. As razões que poderiam justificar esta disparidade seriam: os supermercados atendem a camadas de rendas mais altas, e, principalmente, a população dos grandes centros urbanos; alguns destes produtos, como por exemplo o frango, fazem parte de esquemas promocionais, sendo vendidos até a preços inferiores aos de aquisição; e o crescimento do salário médio na indústria não é um bom indicador da elevação dos salários na economia como um todo.

Uma demanda que também deve ser levada em conta é aquela proveniente dos programas governamentais de alimentação. Segundo dados preliminares fornecidos pela COBAL e apresentados na Tabela I.1.11 do Anexo, esta será da ordem de 1 milhão de toneladas durante o ano de 1986.

3.2. Produção e Necessidade de Importação

As previsões mais recentes (maio/86) da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) indicam as seguintes variações da safra 1985/86 em relação à anterior: arroz 7%, milho -10%, feijão -17% e soja -28%. As maiores quedas ocorreriam na região Centro-Sul: arroz -0,2%, milho -14,6%, soja -28%, 1a. safra de feijão -55% e de -2,6 na 2a. safra. A safra total de grãos, exceto café, teria uma redução de -12%.

Há claras evidências da necessidade de importar, tanto para fazer frente ao crescimento da demanda, como para suprir a redução de produção dos outros produtos, exceto do arroz. Tal redução foi causada principalmente pela queda dos rendimentos, em consequência da estiagem, já que, em termos da área plantada, só houve uma pequena diminuição (caso da soja, por exemplo).

As importações necessárias seriam, conforme os cálculos da Tabela I.1 do Anexo, que resume os balanços entre oferta e demanda por produto e os estoques governamentais estratégicos, da ordem de um bilhão de dólares; as estimativas baseiam-se nos dados sobre a próxima safra atualmente disponíveis. Se houver mudanças na produção prevista, o volume a importar logicamente se modificará. A Tabela I.2, do Anexo, apresenta os estoques estratégicos que devem permanecer em mãos do governo. Estes foram estabelecidos como sendo suficientes para atender ao consumo de 30 a 60 dias, sendo automaticamente repostos através de um cronograma de importações distribuídos de acordo com as previsões da necessidade de vendas e complementarmente por aquisição dos produtos via AGF.

4. Mecanismos de Intervenção do Governo

Os instrumentos tradicionalmente usados para intervir no abastecimento de gêneros alimentícios à população, principalmente dos grandes centros urbanos, têm se centrado na preocupação com aumentos de preços e seu controle, nos acordos com supermercados, nas importações e, esporadicamente, na formação de estoques, ainda que de forma passiva. Os estoques reguladores e as importações foram tratados no item anterior; esta parte do trabalho dedica-se ao controle e estabilização dos preços ao consumidor.

4.1. O Tabelamento de Preços

Quando se fala em política de abastecimento, uma das primeiras sugestões que surge é a de tabelamento de preços. A justificativa de tabelar preços está ligada à iminência de que estes disparem, quando há previsão de falta pronunciada do produto, sendo comum a retirada do tabelamento sem que a questão do suprimento tenha sido resolvida. Se o problema é de oferta, seria mais racional atacar suas causas do que tentar controlar os preços. Neste caso uma política de estoques reguladores e de incentivos à produção surtiria mais efeito. Esta última é imprescindível para não perpetuar a escassez, já que o controle de preços atua, para o produtor, como um imposto ao impedir que este recomponha a perda de renda resultante da queda na produção.

O tabelamento de preços de um setor isolado difere do congelamento de todos os preços da economia, ou da maior parte dos setores. No primeiro caso, há uma mudança nos preços relativos que penaliza o setor controlado, no outro há a manutenção destes preços com todos os segmentos sendo igualmente afetados, ou seja, se o controle é efetivo se mantém a situação existente no momento de sua implantação.

Para comparar o comportamento dos preços de alguns alimentos com a existência ou não do tabelamento* admitiu-se que este tivesse sido efetivo até o ponto em que o preço do estágio precedente se igualava ao do estágio posterior de comercialização. A partir deste ponto os preços tabelados foram substituídos por preços estimados com base nas cotações das Bolsas de Mercadorias e de Cereais para o caso do Estado de São Paulo e para os demais Estados de acordo com a tendência dos preços no ano anterior ao tabelamento. Quando o período anterior ao tabelamento coincide com o início da série ou quando coincide com outro tabelamento, manteve-se a relação entre preço pago ao produtor e preço no atacado, observados no ano anterior ao tabelamento.

A análise das séries de preços de arroz, milho e óleo de soja, com destaque para os períodos onde foram tabelados, no atacado, indicam que, após o

* No período utilizado para comparação o tabelamento era apenas neste setor e não em toda a economia, como ocorre agora após a reforma monetária.

término do controle de preços, geralmente estes sobem mais rapidamente do que ocorreria caso o controle não houvesse existido ou seja, o ajuste se dá em um patamar mais elevado. Esta conclusão decorre da comparação da projeção da tendência de variação dos preços no período 1979-83 e de seu comportamento de acordo com o que se verificou no ano imediatamente anterior. Isto é, estimou-se qual seria o comportamento desses preços na ausência de tabelamento e comparou-se este resultado com os efetivamente verificados num período semelhante ao final do tabelamento.

Nas tabelas que se seguem são apresentados os preços reais e nominais do arroz, milho e soja no atacado durante o período do tabelado, após o fim do controle e os preços projetados, segundo o critério descrito anteriormente.

Tabela 2

Variações de Preços Reais do Arroz no Atacado (Cr\$ por Kg)
(Em cruzeiros de dez./83)

Estados Período	Variações	Preço Tabelado e Sua Variação após o fim do controle		Varição do Preço Projetado
<u>Rio Grande do Sul</u>				
05/1978 e 12/1979 - Pe- ríodo Tabelado		394,4 (7,3)		387,9 a 347,9 (7,13) (13,65)
01/1980 a 12/1980		539,8 a 360,5 (22,5) (29,7)		335,9 a 218,3 (14,0) (18,00)
<u>Goiás</u>				
07/1978 a 10/1979 - Pe- ríodo Tabelado		384,9 (7,5)		388,0 a 313,0 (7,6) (10,8)
11/1979 a 02/1980		572,6 a 674,0 (20,9) (647,0)		302,6 a 318,8 (11,1) (13,8)

Nota: Preços deflacionados pelo IGP. Os preços entre parênteses são nominais.

Os dados contidos na Tabela 2 indicam que ao se retirar o tabelamento o preço nominal passa de 7 para 22 cruzeiros - logo após o fim do controle - e continua crescendo até 30 cruzeiros, enquanto que os projetados (para o mesmo período) situam-se praticamente na metade deste valor. Ao trabalhar com os preços reais verifica-se que estes tenderiam a decrescer durante o período de controle, indicando que esta intervenção realizada para enfren - tar um problema conjuntural terá criado provavelmente distorções maiores.

Num mercado menos estruturado, como é o caso de Goiás se comparado ao do Rio Grande do Sul, o tabelamento teve um efeito mais nefasto, pois o crescimento real dos preços segue ocorrendo mesmo um período após o fim da intervenção, ao contrário do Rio Grande do Sul.

Tabela 3

Variações dos Preços Reais do Milho, no Atacado (Cr\$ por Kg)
(Em cruzeiros de dez./83)

Estados Período	Variações	Preço Tabelado e sua Variação Após o Fim do Controle	Varição do Preço Projetado
<u>Rio Grande do Sul</u>			
07/1978 a 12/1980- Período Tabelado		141,4 (2,8)	147,0 a 89,3 (2,9) (7,4)
01/1981 a 05/1981		209,2 a 129,7 (18,4) (14,9)	85,6 a 70,9 (7,5) (8,5)
<u>Paraná</u>			
05/1978 a 02/1979- Período Tabelado		138,7 (2,6)	122,4 a 134,4 (2,2) (3,2)
03/1979 a 05/1981		81,8 a 101,7 (2,06) (11,7)	131,5 a 101,8 (3,3) (11,7)
<u>São Paulo</u>			
07/1978 a 05/1979- Período Tabelado		122,5 (2,4)	122,5 124,5 (2,4) (3,3)
06/1979 a 05/1981		202,4 a 115,5 (5,6) (13,2)	123,6 48,6 (3,4) (5,6)

Nota: Preços deflacionados pelo IGP. Os preços entre parênteses são nominais.

Para o milho, os dados da Tabela 3 induzem a resultados similares aos descritos anteriormente para o arroz, exceto para o Estado do Paraná no mês seguinte ao término do tabelamento, em que os preços em vez de aumentarem como era de se esperar caem e posteriormente apresentam variação igual à dos projetados. Neste caso pode se afirmar que como grande produtor de milho o Paraná teria uma estrutura de mercado bastante concorrencial e que o fim do tabelamento coincide com a solução do problema de suprimento, ou seja, o fim da escassez. Assim, ao não permitir que os preços atinjam um novo patamar, o controle de preços é eficaz.

Tabela 4
Variações dos Preços Reais do Óleo de Soja no Atacado
(Em cruzeiros de dez./83)

Estados Período	Variações	Preço Tabelado e Sua Variação Após o Fim do Controle	Varição do Preço Projetado
<u>São Paulo</u>			
11/1974 a 09/1975 Período Tabelado		1151,3 (6,74)	1269,1 a 1655,10 (7,4) (12,0)
10/1975 a 12/1975		961,8 a 926,5 (7,1) (7,2)	1682,2 a 1730,2 (12,5) (-13,4)
<u>Rio de Janeiro</u>			
01/1975 a 08/1975 Período Tabelado		1110,4 (6,8)	1110,4 a 1437,5 (6,8) (10,2)
09/1975 a 12/1975		941,2 a 845,1 (6,8) (6,5)	1458,0 a 1519,6 (10,6) (11,8)

Nota: Preços deflacionados pelo IGP. Os preços entre parênteses são nominais.

O crescimento dos preços com tabelamento é inferior ao que teria ocorrido caso não houvesse controle em situações como a do milho no Paraná em 1979 e quando o mercado tem caracterís-

ticas de "especulação desestabilizadora", como é o caso da comercialização do óleo de soja no Rio de Janeiro e São Paulo⁹, onde se observam as margens mais elevadas no varejo em relação aos demais estados.

A principal razão do aumento abrupto dos preços no atacado, após um período de controle dos mesmos, está relacionada ao desestímulo à produção ao torná-la pouco rentável, contribuindo para aumentar a escassez. É importante observar que o tabelamento a nível do atacado não influiu nos preços do varejo, uma vez que estes continuaram crescendo durante o período de controle¹⁰. Pode-se concluir, portanto, que para o óleo de soja, mas sobretudo para o arroz e o milho, a principal consequência do tabelamento a nível do atacado foi a elevação da margem do varejista.

⁹ David, Maria Beatriz de Albuquerque, "Margens Brutas de Comercialização Total no Atacado e no Varejo: O Caso do Óleo de Soja", INPES7 IPEA, 38 páginas, dez./85.

¹⁰ Série de preços no varejo da pesquisa David, M.B. de A., "Comercialização de Produtos Agrícolas: Avaliação e Sugestões de Política". A título de exemplo, o preço do arroz no varejo no Rio Grande do Sul durante o período tabelado (maio de 1978 a dezembro de 1979) variou em termos reais de 538.6 para 653.6 cruzeiros por quilo.

4.2 A Estabilização dos Preços no Varejo

Para conter os preços a nível do consumidor o governo estabeleceu, através de conversações, acordos com os supermercados no sentido de manter por determinado período o preço de uma cesta básica. Porém, ao preocupar-se principalmente com a elevação de preços sem ter uma política de abastecimento bem definida liberou os estoques antes do tempo, não respeitando as oscilações normais de preços safra-entressafra. Este procedimento teve como consequência a depressão do preço ao produtor e a diminuição da possibilidade de interferir no mercado, quando se verificou a escassez por aumento de demanda e por reflexo da estiagem.

4.3 Os Supermercados

Para propor medidas em relação aos supermercados é importante entender seu sistema de funcionamento. A margem de lucro é estabelecida não por produto e sim por cesta de produtos e centra-se nos mais vendidos de acordo com os hábitos de consumo e o nível de renda da população servida pela loja. Assim, os gêneros alimentícios básicos custam mais onde se concentra a população de baixa renda.

O diferencial de preços entre uma cadeia e outra geralmente não se dá num mesmo sentido. Alguns produtos são vendidos mais caros, mas em compensação outros são mais baratos, demonstrando que há uma margem que é utilizada na concorrência entre as cadeias de supermercados.

O óleo de soja, usado normalmente como chamariz, proporciona uma margem bruta de comercialização em torno de 10% e líquida entre 3 e 5%¹¹; é justamente quando há tabelamento que esta margem pode atingir até 10%, pois o produto perde esta sua função.

Antes do congelamento de preços existiam proposições visando limitar as autorizações de reajustes de preços dos alimentos

¹¹ Ver o trabalho citado na nota 9.

a uma periodicidade de três meses e a níveis compatíveis com a variação do IPCA ou estabelecer que os preços só podem subir duas vezes por mês. Porém, não se deve esquecer que a remarcação está associada à necessidade de reposição de estoque. Isto é, um produto é remarcado quando, uma vez vendido, deve ser comprada uma nova unidade que irá substituí-lo no estoque do comerciante. Se o preço desta unidade de reposição sobe, o preço de venda do produto deve subir na mesma proporção.

Como o custo financeiro de transportar estoques em situação de inflação elevada é muito alto, os supermercados trabalhavam com gerentes por produtos e só faziam estoques daqueles cujos preços subiam mais rapidamente que a inflação, buscando reduzir o prazo entre a compra e a venda, prazo este que, atualmente, é de cerca de 20 dias e a pretensão é fazê-lo chegar a 8 dias.

Uma outra característica era a programação de compras e vendas. As compras são realizadas a prazo, entre 30 e 45 dias, enquanto as vendas se fazem à vista. Isto implicava que parte importante do lucro que os supermercados detinham era de origem financeira, e não apenas operacional.

Para influenciar os preços, principalmente após o descongelamento, torna-se indispensável conhecer a estrutura de custos dos supermercados e como esta se adaptará às novas condições, onde os ganhos financeiros foram reduzidos e os operacionais estão controlados pelo tabelamento e congelamento. Principalmente os produtos tabelados podem modificar a estrutura de lucros, baseada na cesta básica e a utilização de certos produtos como chamariz.

Mas o governo precisa, principalmente, de estoques para poder fazer frente à "especulação desestabilizadora". Se a preocupação não se resume apenas em garantir os alimentos básicos, a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população, especialmente dos estratos populacionais que ganham salários mais baixos, mas está presente também o interesse de evitar que os preços dos alimentos gerem novamente pressões inflacionárias, aumenta o número de produtos sobre os quais se deve atuar e diminui a importância dos acordos concentrados na cesta básica. Isto porque o IPC apura não

são os preços dos produtos constantes desta cesta, mas inclui também aqueles consumidos por quem recebe até 30 salários-mínimos.

Tabelar sem ter estoques para manter estes preços pode conduzir simplesmente ao desaparecimento dos produtos do mercado ou ao aumento da margem dos supermercados, como é o caso do óleo de soja.

Como foi dito no item referente a controle de preços, este pode representar um imposto para o produtor. Há ainda evidência de variabilidade na transmissão de preços, ou seja, as reduções deste ao nível do varejo são repassadas ao produtor, mas os aumentos podem não sê-lo na mesma proporção.¹²

Além das medidas tradicionalmente tomadas de acordo com os supermercados e de repasse de estoques governamentais - a preços que muitas vezes nem incluíam os custos de carregar estes choques no tempo e que, portanto, não pode ter caráter permanente -, com o fim de controle de preços, há que cuidar para que não haja uma tentativa de recuperação das margens perdidas.

¹²Sayad João "Abastecimento Urbano e Inflação", in Pesquisa e Planejamento, vol. II, nº 3, Rio de Janeiro, dezembro de 1984 e David, Maria Beatriz de Albuquerque e Costa Ribeiro, Luis Alberto de Leers, "Os Impactos da Política de Comercialização Agrícola sobre a Produção e os Preços: Uma Análise da Literatura e Algumas Evidências Empíricas", INPES/IPEA, TDI nº 88, 49 páginas, 1986.

ANEXO

OS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS MÍNIMOS DE SEGURANÇA
AS NECESSIDADES E AS CONDIÇÕES
DAS IMPORTAÇÕES PARA 1986

Cálculos para Determinar as Necessidades de Importação e os Estoques Governamentais Mínimos de Segurança

Fazem parte deste Anexo um conjunto de tabelas que permitem consolidar as necessidades de importação dos principais alimentos básicos para o ano de 1986. Uma das evidências que se despreende dos quadros é a importância de se estabelecerem os corredores de importação, de acordo com as necessidades de consumo de cada região e dar prioridade à importação de alimentos, pois haverá dificuldades portuárias para internalizar os volumes previstos.

As principais condições de importação de arroz e milho são apresentadas junto com as tabelas referentes a estes produtos.

Previsão dos Gastos com Importações Adicionais

A Tabela I.1 resume todas as outras constantes deste Anexo e apresenta as necessidades de importações de arroz, milho, carne bovina, leite em pó e soja para o ano de 1986. Foi possível chegar a estes dados a partir do quadro de suprimento para cada um dos produtos.

O consumo foi calculado com base no do ano anterior, prevendo-se um crescimento da população de 2,5% e um aumento de 6% na renda real durante 1986.

Estas importações podem ser feitas tanto pelo governo como pela iniciativa privada. As governamentais em princípio limitar-se-iam àquelas necessárias para manter os níveis de estoques dinâmicos; acrescer-se-iam, eventualmente, as importações deixadas para o setor privado e por este não efetuadas.

ANEXO I
Tabela I.1
PREVISÃO DE GASTOS COM IMPORTAÇÕES ADICIONAIS
(1986)

Produto	Em 1.000 t	Preços CIF Porto US\$	Preço CIF Inter nalizado São Paulo US\$	Estimativa de Divisas US\$ 1000
1. Arroz Beneficiado	1.500(1)	250	320	375.000
2. Milho	2.000/3.400(2)	139,1	190,2	278.000/472.940
3. Carne(3)	100/350	820	-	82.000/287.000
4. Leite e Produtos Lácteos (4)	65	900	-	58.500
5. Soja (5)	350	-	-	0
Total				793.700/1.193.440

- (1) Equivalente a 2.205 mil t de arroz em casca. A importação decorre mais da perda de auto-suficiência do que propriamente de efeito da estiagem.
- (2) Considerou-se um aumento de 6% no consumo para 1985/86. A estimativa inferior é para um crescimento de 4% no consumo em relação a 1985 e a superior prevê 6% de crescimento. Havia um compromisso de importar 1.000 toneladas de trigo da Argentina, como houve quebra na produção deste país e uma colheita excepcional no Brasil estão se estabelecendo negociações para substituir estas importações por milho liberando quotas para que as cooperativas do Paranã e Santa Catarina, importem diretamente.
- (3) A importação de carne só será necessária caso a formação de estoques no mercado interno induza elevações no preço real. A exportação de carne deverá ser freada de modo a garantir o abastecimento interno.
- (4) Leite - proposta preliminar dependendo dos números definitivos do consumo dos programas sociais, cuja previsão foi de 37 mil t. de leite em pó.
- (5) Importação de 360 mil toneladas de soja em grão e exportação de 800 mil toneladas.

TABELA I.1.1
SUPRIMENTO - SAFRA 85/86
(em 1.000 t)

	ALGODÃO ⁽²⁾	ARROZ ⁽³⁾	FEIJÃO	MILHO	SOJA
Estoque Inicial	384	806	330	944	621
PRODUÇÃO:					
C-Sul	449,6	7.386	1.152,2 (5)	16.956	13.019,3
N/NE(1)	201,6	2.000 (4)	948	2.171,4	173,6
Brasil	651,2	9.380	2.100,2	18.956	13.192,9
SUPRIMENTO	1.035,2	10.192	2.430,2	19.900	13.813,9
CONSUMO	600	10.046	2.400	22.316	13.055,0
DÉFICIT ou EXCEDENTE	435,2	146	30,2	-2.416	758,9

Elaboração: CFP/DAEP/SUTEC/DISAF

(1) Produção obtida na safra 84/85

(2) Embora o quadro de suprimento pareça favorável, é importante observar que o estoque inicial é constituído em grande parte de algodão não utilizado pela indústria têxtil nacional.

(3) A importação de 1.500 mil t de arroz é principalmente para reposição do estoque inicial, que supre os primeiros meses do ano até o início da próxima colheita.

(4) Estimada como média das últimas 5 safras, expurgada a produção anormal em 1982/83.

(5) Inclusive 2.^a safra e feijão irrigado.

(6) Exportação equivalente grão.

A Produção da Região Centro-Sul

A Tabela I.1.1 faz uma comparação entre a safra de 1984/85 na Região Centro-Sul e as previsões para 85/86 a partir de outubro até abril de 1986. Apresenta a quebra em relação a primeira estimativa de outubro e da safra do ano anterior.

Como resultado dos incentivos ao replantio a queda da área plantada na região foi insignificante, mas houve uma redução importante dos rendimentos, como consequência da estiagem. Há ainda, possibilidade de utilizar as áreas perdidas com soja para o plantio do trigo.

A Produção na Região Norte/Nordeste

Na região Norte/Nordeste espera-se um crescimento de 17% da produção, resultado da expansão na área plantada e dos rendimentos e que compensam em parte, as perdas do Centro-Sul. Esta melhoria refletiu-se principalmente no caso do arroz, na 2a. safra de feijão, no milho e no algodão.

Tabela I.1.1A
REGIÃO CENTRO-SUL
PRODUÇÃO

Em 1.000 toneladas

	Algodão em Pluma	Arroz	Feijão 1. Safrá	Feijão(2) 2. Safrá	Milho(3)	Soja	Total
Safra 84/85	780,6	7.397,8	1.252	685	19.473	18.211,5	-
Safra 85/86							
.. Previsão							
- Outubro	630	7.660	1.290	-	20.340	15.760	-
- Início de Dezembro	493	7.760	1.100	-	18.900	15.640	-
- Final de Dezembro	440	7.500	870	-	15.060	13.186	-
- Abril	449,6	7.386	692	667	16.784,6	13.192,8	-
Quebra em relação a outubro	180,4	-264	-598	-	-2.957,4	2.567,2	-
Varição absoluta em relação a 84/85	-331	-11,8	-560	-18	-2.688,4	-5.018,7	-8.627,9
Varição % em relação a 84/85	-2	-0,2	-45	-2,6	-13,8	-27,6	

(1) Redução em decorrência de redução de área e quebra de produtividade.

(2) Em outubro não havia estimativa

(3) Inclue a 2.^a safra do Paraná não há comparação com outubro porque neste mês não havia previsão da 2.^a safra.

Estoques Governamentais Mínimos de Segurança

Os estoques de segurança foram calculados prevendo as necessidades de consumo para um período de 30 a 60 dias, supondo que se consiga estabelecer um processo de decisão rápido e eficiente por parte do governo, que permita através do programa de importação proposto e das aquisições via AGF repor automaticamente estes estoques. Portanto, os estoques seriam compostos dos passivos, formados através de AGF, e dos planejamentos, supridos por importações. Estas devem ser feitas pelo governo e pela iniciativa privada. As do primeiro seriam para formar os estoques dinâmicos, assegurando a manutenção de seu nível mínimo. Isto significa que não se vai esperar a venda de todo o produto disponível para iniciar a compra de outro.

A função desempenhada pelo estoque é permitir ao governo intervir no mercado quando os preços ultrapassarem o de tendência na entressafra, ou seja, o limite de flutuação estabelecido a priori.

Tabela I.1.1B
 REGIÃO NORTE/NORDESTE
 PRODUÇÃO
 (Em mil toneladas)

	1984/85	1985/86	VARIAÇÕES % EM RELAÇÃO A 1984/85
Algodão em Pluma	180,1	201,6	12
Arroz	1.362,0	2.000,3	47
Feijão 1. ^a Safra	183,0	207,4	13
Feijão 2. ^a Safra	592,5	740,6	25
Milho	1.700,7	2.171,4	28
Soja	84,6	173,6	105

Tabela I.2
 PROPOSTA DE ESTOQUE GOVERNAMENTAL MÍNIMO DE SEGURANÇA

(Em 1.000 t)

	CFP	COBAL	TOTAL	Previsão Pico de escassez
Arroz em casca	850.000	150.000/1	1.000.000	Nov./dez.
Feijão	250.000	-		Abril
Milho	600.000/1.000.000	-	600.000/1.000.000	Dez./Jan
Carne	-	50.000/300.000	50.000/300.000	Set./Nov
Leite	-	37.000*/65.000	37.000*/65.000	Set./Nov
Óleo de Soja	-	65.000	65.000	-

Hipóteses de trabalho:

Arroz - previsto para 30 dias de consumo 850.000 t arroz em casca de estoque dinâmico da CFP./1 Equivalente a 100.000 t arroz beneficiado na COBAL.

Milho - até 30 dias de consumo mês.

Carne - supõe que a iniciativa privada disporá de estoque de 100.000 t a ser transportada para a entressafra. Os estoques governamentais poderão chegar até 300.000 t.

* Leite - estoque necessário aos programas sociais.

Óleo de soja - estoque dinâmico suficiente para atender a 15 dias de consumo.

Feijão - saldo de estoque de safra da CFP.

Arroz

Como resultado da quebra da safra de 1985/86, do aumento previsto de consumo e principalmente da perda de auto-suficiência calculou-se a necessidade de importação deste produto como sendo de cerca de 1.500 mil toneladas de arroz beneficiado. Este foi o resultado do balanço entre estoque, produção, importação, consumo e uma margem de segurança para cobrir possíveis queda do rendimento.

As importações realizadas até agora têm sido feitas com isenção do imposto de importação e do IOF; as atuais cotações de mercado fazem com que o preço do produto importado nestas condições seja inferior ao preço mínimo. Para assegurar a renda dos produtores e viabilizar a importação pela iniciativa privada, o governo definiu uma política de preço interno e um cronograma de liberação de guias de importação.

Os preços fixados para intervenção do governo no mercado permitem uma margem de flutuação de 13% acima do preço mínimo real e, a partir deste patamar, definiu-se o nível de impostos necessários para equalizar o preço do produto importado com o nacional. O preço do produto nacional parte do preço mínimo de 123,14 por 60 Kg de arroz de sequeiro e Cz\$ 143,55 para o irrigado em abril de 1986, prevê a margem de flutuação de 13%, inclui todos os custos de beneficiamento, transporte, custo de estocagem de 12% e chega-se a um preço de Cz\$ 319,67 por 60 Kg do produto posto em São Paulo para o arroz de sequeiro e Cz\$ 375,62 para o arroz irrigado. Este é o preço a partir do qual o governo entraria vendendo seus estoques.

A necessidade de equalização faz com que para um produto similar ao arroz de sequeiro, o asiático, seria mantida as alíquotas de ICM e IOF e reduzir-se-ia o imposto sobre importação de 55% para 5% sobre o preço CIF e no caso do arroz irrigado, ou tipo americano, isentar-se-ia de imposto de importação.

As quantidades a serem importadas seriam divididas em estoque do governo de 600.000 toneladas de arroz beneficiado com

as guias liberadas, segundo o cronograma elaborado pela Companhia de Financiamento de Produção (CFP), entre os meses de fevereiro a abril. A quota de arroz do Programa de Expansão Comercial entre o Brasil e o Uruguai faria parte deste estoque. As guias de importação pelo setor privado seriam liberadas após o início da safra, o que evitaria sua comercialização neste período, e teriam um prazo de internalização de três meses; o não cumprimento do prazo significaria a perda da caução. O governo importaria o saldo das quotas mensais que a iniciativa privada não cumprisse.

Tabela I.1.2
ARROZ EM CASCA
QUADRO DE SUPRIMENTO

Em 1.000 t

	84/85	85/86
01. Estoque inicial (01/86)	1.063	806
02. Produção	8.760	9.386 (3)
03. Importação	634 (1)	1.500
04. Suprimento	10.757	11.692
05. Consumo	9.660 (2)	10.046 (4)
06. Excedente	806	1.646
07. Exportação	-	-
08. Estoque final	806	1.646

FONTE: CFP/SUPRO I - Jan/86

(1) Importações autorizadas (404.000 t benef. Voto 401/85 e 33.000 t benef. PEC/Uruguai);

(2) Estimou-se crescimento de 5% no consumo, em relação ao observado na safra 1983/84.

(3) Produção estimada com base na avaliação de safra promovida pela CFP

(4) Estimou-se um crescimento de 4% no consumo, em relação a previsão de 1984/85.

Tabela I.1.3
CRONOGRAMA DE IMPORTAÇÃO
DE ARRÓZ BENEFICIADO

MESES	ESTOQUES REMANESCENTES	LIBERAÇÃO DE GUIAS	ENTRADAS	PRODUTO INTERNALI- ZADO
FEVEREIRO		100 ⁽²⁾		
MARÇO	100 ⁽¹⁾	150 ⁽²⁾		100
ABRIL		150 ⁽²⁾		
MAIO		150 ⁽³⁾	100	200
JUNHO		150 ⁽³⁾	150	350
JULHO		150 ⁽³⁾	150	500
AGOSTO		150 ⁽³⁾	150	650
SETEMBRO		150 ⁽³⁾	150	800
OUTUBRO		150 ⁽³⁾	150	950
NOVEMBRO			150	1.100
DEZEMBRO			150	1.250
JAN. /87			150	1.400

FONTE: CFP

(1) estoque remanescente em mãos do Governo.

(2) guias a serem liberadas para formação de um estoque regulador nas mãos do Governo de 600 mil t.

(3) guias a serem liberadas para a iniciativa privada.

Nota: Das 400 mil toneladas prevista para serem importadas, até o mês de abril, dados preliminares indicam que foram importada 372,42.

Milho

O milho foi um dos produtos mais atingidos pela seca que assolou quase toda a região Centro-Sul. Uma redução de 2.218,8 mil toneladas em relação à safra anterior levou a uma previsão de importações entre 2.000 e 3.400 mil toneladas deste grão. Como o estoque regulador do governo foi calculado como tendo que ser de 600.000 a 1.000.000 de toneladas, caberá à iniciativa privada realizar grande parte destas importações.

Para estimular o setor privado a importar o governo estabeleceu o preço de venda de seus estoques partindo do preço mínimo real com uma margem de flutuação de 20%, mais as despesas de fazer o produto chegar ao atacado em São Paulo, chegando-se ao valor de Cz\$108,57 por 60 Kg do produto. Para tornar possível o movimento do produto entre os estados, sem agravar a margem de flutuação estabelecida, o preço teto deve sofrer um crescimento real de 18% a partir de agosto, atingindo Cz\$ 127,65 por 60 Kg de milho.

As importações do governo devem começar no primeiro semestre para ter em julho um estoque equivalente a um mês de consumo e chegando a fevereiro do próximo ano com 600.000 toneladas. As importações seriam feitas de acordo com o cronograma elaborado pela CFP e a liberação de guias para o setor privado seria feita por leilões e iniciar-se-ia em abril. Se as guias leiloadas não cobrirem a quantidade fixada para cada mês o governo importaria o saldo. As condições do leilão são os menores preços CIF, financiamento externo e contrapartida de exportações.

No caso de necessidade de subsídio este seria igual à diferença entre o preço CIF e os Cz\$108,57 fixados a preço de janeiro de 1986. Estes leilões seriam realizados de 15 em 15 dias, tendo o setor privado no mínimo 75 dias para internalizar o produto.

Tabela I.1.4

MILHO
SUPRIMENTO

	84/85	85/86
01. Estoque inicial	2.121,0	944,0
02. Produção	21.173,8	18.956,0
- Centro-Sul	19.473,1	16.784,6
- Norte-Nordeste	1.700,7	2.171,4(1)
03. Importação (2)+(3)	200,0	800,0(2)+3.400(3)
04. Suprimento (1+2+3)	23.494,8	23.403,4
05. Consumo	21.053,0	21.895,1/22.316,2(4)
06. Excedente	2.441,8	1.508,3/1.087,1
07. Exportação	-	-
08. Estoque Final	2.441,8(5)	1.508,3/1.087,1(6)

FONTE: CFP/DAEP.

(1) Admitindo a mesma produção do ano anterior;

(2) Importações autorizadas e liberadas.

(3) Importações propostas por efeito da estiagem

(4) Aumento no consumo considerado entre 4 e 6%.

(5) Equivalente a 2,42 meses de consumo comercial(1.042 mil t/
mês)(6) Equivalente a 1 mês de consumo comercial (1.083/1.104 mil t/
mês.

Tabela I.1.5
MILHO
CRONOGRAMA DE IMPORTAÇÃO

Em 1.000 t

MESES	LIBERAÇÃO DE GUIAS	ENTRADAS	PRODUTO INTERNALIZADO
FEVEREIRO	500(1)	-	-
MARÇO	500(1)	-	-
ABRIL	340(2)	500	500
MAIO	340(2)	500	1.000
JUNHO	340(2)	340	1.340
JULHO	340(2)	340	1.680
AGOSTO	340(2)	340	2.020
SETEMBRO	340(2)	340	2.360
OUTUBRO	340(2)	340	2.700
NOVEMBRO	340(2)	340	3.040
DEZEMBRO	-	340	3.380
JANEIRO	-	340	3.720

FONTE: CFP

(1) Guias a serem liberadas para formação de um estoque regulador nas mãos do Governo de 1.000 t.

(2) Guias a serem liberadas para a iniciativa privada.

Nota: Até o mês de abril estava prevista a importação de 1.340 mil toneladas de milho e segundo dados preliminares importou-se 1.216 mil toneladas.

Feijão

A experiência com a importação de feijão levou o governo a optar por não realizar compras no exterior em grande quantidade para suprir o mercado até a safra. A oferta de feijão no mercado internacional é limitada e o produto oferecido é velho e de baixa qualidade, não atendendo às exigências do consumidor. O único produto que atende a estas especificações é o proveniente do Chile, que só estaria disponível quando a nova safra começasse a entrar no mercado e apresenta ainda preços elevados.

Optou-se por colocar no mercado o feijão dos estoques da CFP importados há mais de um ano, que teve de ser vendido com perda. A distribuição do feijão no varejo foi feita por intermédio dos supermercados, da COBAL e suas redes complementares e quase metade dos estoques foi para os programas alimentares. Outra medida complementar foi a de liberar as importações para o setor privado.

Tabela I.1.6
FEIJÃO
QUADRO DE SUPRIMENTO

Em 1.000 t

	1985			1986		
	Cores	Preto	Total	Cores	Preto	Total
Estoque Inicial	110,9	58,2	169,1	180,8	149,4	330,2
Produção	1.993,4	540,4	2.533,8	1.767,3	332,8	2.100,2
Importação	20,0	-	20,0	-	-	-
Suprimento	2.124,3	598,6	2.722,9	1.948,1	482,2	2.430,3
Consumo	1.943,5	449,2	2.392,7	1.950,0	450,0	2.400,0
Excedente	180,8	149,4	330,2	-1,9	32,2	30,3
Exportação	-	-	-	-	-	-
Estoque Final	180,8	149,4	330,2	-1,9	32,2	30,3

FONTE: CFP/DAEP/SUPRO I

A estimativa de consumo constante pressupõe que o efeito acréscimo de renda e absorção de mão-de-obra é compensado pela elevação no preço real do feijão.

Tabela I.1.7
 COMPLEXO SOJA - BALANÇO DE SUPRIMENTO
 ANO COMERCIAL FEV/85 - JAN/86 e FEV/86 - JAN/87

ESPECIFICAÇÃO	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	85/86	86/87	85/86	86/87	85/86	86/87
Estoque Inicial	487	621	611	340	110	276
Produção	18.211	13.192,0	10.612	9.175	2.550	2.205
Importação(Draw Back)	376	350	-	-	144	50
Oferta Total - Suprimento	19.038	14.163,9	11.223	9.596	2.804	2.531
Exportação	3.456	800	8.602	7.046	904	685
Esmagamento	13.711	11.855	-	-	-	-
Sementes e Perdas	1.250	1.200	-	-	-	-
Consumo Interno	-	-	2.200	2.250	1.624	1.670
Demanda Total	18.417	13.855	10.802	9.296	2.538	2.355
Estoque Final	621	308,9	425	300	276	176

Considerou-se um aumento no consumo do farelo de soja de 8,3% e 4,5% no consumo de óleo de soja.

Tabela I.1.8

ALGODÃO

POSIÇÃO: em 13/12/85

UF	QUANTIDADE (KG)	
	PLUMA	CAROÇO
SP	6.600.000 (*)	
PR	112.948.932	
MS	21.500.000 (*)	
MG	10.959.000	
GO	21.595.701	
BA	35.000.000 (*)	
SUBTOTAL (1)		208.603.633
AL	830.173	
SE		
PB	271.660	
PE	327	
CE	3.076.039	
RN	589.993	
MA	27.000	
SUBTOTAL (2)		4.795.344
TOTAL GERAL		213.398.977 (*)

(*) Aproximado.

(1) Região Meridional.

(2) Região Setentrional.

*)- Deduzida quantidade a ser ofertada na semana de 16 a 20.12.85.

Demanda de Produtos Básicos pelos Programas Alimentares

A Tabela I.11 apresenta a demanda de arroz, feijão, leite em pó, açúcar, farinha de mandioca, fubã e óleo de soja para cada um dos Programas Alimentares do Governo. Esta é uma estimativa preliminar fornecida pela COBAL, para ser utilizada no balanço sobre a disponibilidade de alimentos e as necessidades de importação para o ano de 1986.

Tabela I.1.9
 ESTIMATIVA DE DEMANDA DOS PRODUTOS BÁSICOS
 PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS - 1986

Em 1.000 t

PRODUTO	FAE	PAP	INAN	PROAB	TOTAL
ARROZ	28.368,7	199.782,0	74.988,0	63.984,0	367.122,7
FEIJÃO	13.430,4	85.009,0	51.763,2	20.100,0	170.302,6
LEITE EM PÓ	6.154,3	-	28.539,6	2.280,0	36.973,9
AÇÚCAR	23.906,4	111.801,0	20.600,4	96.564,0	252.871,8
FAR.DE MANDIOCA	8.066,7	58.104,0	22.688,4	31.932,0	120.791,1
FUBÃ	4.583,7	22.928,4	25.928,4	17.880,0	71.320,1
ÓLEO DE SOJA	8.585,1	146.267,6	-	21.360,9	176.210,6

FONTE: COBAL

Tabela I.1.10
ELASTICIDADES RENDA⁽¹⁾

Arroz	-0,0096
Cereais	0,2929
Tubérculos	0,3251
Legumes	-0,0095
Vegetais	0,4347
Carne de Boi	0,9380
Carne de Porco	-0,0023
Outras Carnes	0,4939
Peixes	0,4530
Ovos	0,3665
Laticínios	0,7552
Frutas	0,7786
Café	0,2062
Óleos	0,1078
Açúcar	0,0908
Alimentos Fora Domicílio	0,2230

(1) Calculada no ponto médio.

FONTE: Alves, Denisard C. de Oliveira "Demanda de Alimentos no Brasil", São Paulo FIPE/IPEA-PNPE.

Textos para Discussão Interna editados a partir de janeiro de 84

- Nº 62 - "A Crise do Setor Externo e o Ajustamento requerido pelas Opções de Política Econômica", Milton Pereira de Assis, Janeiro 1984, 37 p.
- Nº 63 - "O Papel Atual da Fronteira Agrícola", Maria Beatriz de Albuquerque David, Fevereiro 1984, 19 p.
- Nº 64 - "As Negociações Financeiras Internacionais do Brasil Pós-FMI", José Cláudio Ferreira da Silva e Maria Helena T. T. Horta, Fevereiro 1984, 34 p.
- Nº 65 - "Insumos Modernos na Agricultura Brasileira", Cláudio Roberto Contador e Léo da Rocha Ferreira, Janeiro 1984, 159 p.
- Nº 66 - "Política Tarifária das Empresas de Saneamento: Uma Avaliação da Progressividade dos Preços", Thompson Almeida Andrade, Fevereiro 1984, 24 p.
- Nº 67 - "A Economia Brasileira: Uma Interpretação Econométrica", Versão IV, Cláudio Roberto Contador, Março 1984, 99 p.
- Nº 68 - "Comentários sobre o livro de William R. Cline, "International Debt and Stability of the World Economy", Marcelo de Moura Lara Resende, Maio 1984, 23 p.
- Nº 69 - "Crescimento Industrial, Ajuste Estrutural e Exportações de Manufaturados: Notas para a Definição de Uma Estratégia de Longo Prazo para a Economia Brasileira", Regis Bonelli e José Cláudio Ferreira da Silva, Novembro 1984, 38 p.
- Nº 70 - "Projeções da População Total, Urbano-Rural e Economicamente Ativa segundo Algumas Alternativas de Crescimento Demográfico", Maria Helena F. T. Henriques, Janeiro 1985, 56 p.

II

- Nº 71 - "Crescimento Econômico e Oferta de Alimentos no Brasil", Gervásio Castro de Rezende, Janeiro 1985, 39 p.
- Nº 72 - "A Política Agrícola e a Diminuição do Subsídio do Crédito Rural", Gervásio Castro de Rezende, Janeiro 1985, 23 p.
- Nº 73 - "Tendências a Médio Prazo da Previdência Social Brasileira: Um Modelo de Simulação", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Helena F.T. Henriques, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Alexandre Goretkin Neto, Janeiro 1985, 299 p.
- Nº 74 - "Balanço de Pagamentos Brasileiro: Um Modelo de Simulação", Ajax Reynaldo Bello Moreira, Janeiro 1985, 77 p.
- Nº 75 - "Interação entre Mercados de Trabalho e Razão entre Salários Rurais e Urbanos no Brasil", Gervásio Castro de Rezende, Março 1985, 35 p.
- Nº 76 - "Considerações sobre uma Possível Reforma Tributária no Brasil", Cláudia Cunha Campos Eris, Março 1985, 29 p.
- Nº 77 - "Migrações Internas e Pequena Produção Agrícola na Amazônia: Uma Análise da Política de Colonização do INCRA", Anna Luiza Ozorio de Almeida, Maio 1985, 97 p.
- Nº 78 - "Estrutura Industrial e Exportação de Manufaturados: Brasil, 1978", Nelson C. Braga e Edson P. Guimarães, Julho 1985, 29 p.
- Nº 79 - "A Restrição Externa à Retomada do Crescimento: Avaliação e Recomendações de Política", Nelson C. Braga, Setembro 1985, 42 p.
- Nº 80 - "Foreign Direct Investment in Brazil: Its Role, Regulation and Performance", Nelson C. Braga, Outubro 1985, 41 p.

III.

- Nº 81 - "Déficit de "Caixa" do Governo Federal: Metodologia e Resultados em 1985", Carlos von Doellinger, Novembro 1985, 16 p.
- Nº 82 - "Déficit e Dívida: Tendências e Implicações", Carlos von Doellinger, Novembro 1985, 12 p.
- Nº 83 - "As Interligações Setoriais na Economia Brasileira em 1975", José W. Rossi, Maristela Sant'Anna e Samuel Sidsamer, Novembro 1985, 30 p.
- Nº 84 - "Mensuração da Eficiência Produtiva na Indústria Brasileira: 1980", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novembro 1985, 34 p.
- Nº 85 - "Fundos Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz Azeredo da Silva, Janeiro 1986, 29 p.
- Nº 86 - "Optimal Foreign Borrowing in a Multisector Dynamic Equilibrium Model: A Case Study for Brazil", Octávio A. F. Tourinho, Janeiro 1986, 47 p.
- Nº 87 - "Proposta de Diretrizes Preliminares para Uma Política de Abastecimento", Maria Beatriz de A. David, Março 1986, 44 p.
- Nº 88 - "Os Impactos da Política de Comercialização Agrícola sobre a Produção e os Preços. Uma Análise da Literatura e Algumas Evidências Empíricas", Maria Beatriz de A. David e Luis Alberto de L.C. Ribeiro, Março 1986, 49 p.
- Nº 89 - "Distribuição de Renda: 1970/1980", José W. Rossi, Maio 1986, 17 p.
- Nº 90 - "Balança Comercial e Dinâmica da Desvalorização Cambial no Brasil, 1970/84", Helson C. Braga e José W. Rossi, Maio 1986, 20 p.

IV

- Nº 91 - "Algumas Considerações sobre os Efeitos da Reforma Monetária no Campo Social: Seguro-Desemprego e Previdência Social", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Marco Aurélio de Sá Ribeiro (estagiário), Maio 1986, 16p.
- Nº 92 - "Modelos de Previsão para Séries de Produção e Preços: Metodologia Bayesiana e Box-Jenkins para Séries Temporais", Gutemberg H. Brasil, Hélio S. Migon, Reinaldo C. Souza, Sérgio S. Portugal, Maio 1986, 63 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico (quadrimestral), desde 1971; Literatura Econômica (bimestral), desde 1977; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Textos para Discussão do Grupo de Energia (TDE); Série Monográfica; e, Série PNPE.